

**LEI N.º 4.253, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2005**

**Autoriza o Executivo Municipal a conceder parcelamento de débitos para com o Município e dá outras providências.**

**João Antonio Salgado Ribeiro**, Prefeito Municipal de Pindamonhangaba, faz saber que a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba aprova e ele promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, vencidos até 31 de dezembro de 2004, podem ser parcelados para pagamento mensal, desde que requerido.

§ 1º – São também parceláveis os débitos:  
I – espontaneamente apontados pelo devedor;  
II – os decorrentes de autos de infração lavrados.

§ 2º – Compõem os débitos: o principal, a atualização monetária, a multa, os juros e outros acréscimos previstos em lei ou contrato.

§ 3º – Integram o débito, se em execução fiscal, as despesas processuais e honorários advocatícios.

§ 4º – Estando o débito em execução é requerido o sobrestamento do feito até a quitação do parcelamento.

**Art. 2º** – O Executivo determina, por decreto, os critérios e procedimentos para concessão do parcelamento, observando estritamente o princípio da razoabilidade.

§ 1º – O número máximo de parcelas é setenta e dois (72).

§ 2º – Em janeiro de cada ano o saldo devedor do parcelamento é atualizado pelo IPC da FIPE.

§ 3º – O Executivo encaminha a Câmara cópia do decreto regulamentar .

**Art. 3º** – Determinado o valor do débito (art. 2º, §2º), sua aceitação constitui confissão irretratável de dívida.

**Art. 4º** – Não se concede novo parcelamento enquanto não quitado parcelamento anterior.

**Art. 5º** – A dívida parcelada pode ser reparcelada uma única vez, segundo critérios determinados pelo Executivo.

**§ 1º** – A primeira parcela do reparcelamento tem o valor igual a, pelo menos, trinta por cento (30%) do total reparcelado.

**§ 2º** – No reparcelamento, o número de parcelas será menor que aquele fixado no parcelamento.

**Art. 6º** – Os parcelamentos e reparcelamento, pactuados nos termos da Lei 3.879/2002, permanecem inalterados.

**Art. 7º** – O Executivo elabora o Decreto regulamentar no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da vigência da Lei.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba, 23 de fevereiro de 2005.

**João Antonio Salgado Ribeiro**  
**Prefeito Municipal**

**Silvio de Oliveira Serrano**  
**Secretário de Finanças**

Jurídicos, em 23 de fevereiro de 2005. Registrada e Publicada na Secretaria de Assuntos

**Dr. Delvair Gonçalves de Araújo**  
**Secretário de Assuntos Jurídicos**

SAJ/rm